

Macabéa

ISSN 2316-1663

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

DOIS GESTOS DE LEITURA EM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: A ORTOGRAFIA E O DICIONÁRIO EM PAUTA



TWO GESTURES OF READING IN HISTORICAL OF LINGUISTICS IDEAS: ORTHOGRAPHY AND DICTIONARY IN PERSPECTIVE

ROGÉRIO MODESTO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, Brasil

ALAN LOBO DE SOUZA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 06/05/2019 • APROVADO EM 01/06/2019

Abstract

In this article, we present the object of analysis of the History of Linguistic Ideas: the metalinguistic knowledge and the form in which the national languages are structured. We describe the particularities that make possible the theoretical and methodological aspects of this current of linguistic studies, more specifically in the knowledge production space of the Brazilian territory. From this understanding, we perform two very particular reading gestures that put into operation a way of understanding the facts of language through the

itinerary of the History of Linguistic Ideas: the orthography and the dictionary. To accomplish this goal, we begin with a reflection on the grammaticization of the Portuguese language in Brazil and the form in which historicity gives body to this object of knowledge.

Resumo

Neste artigo, apresentamos o objeto de análise da História das Ideias Linguísticas: o saber metalinguístico e o modo como as línguas nacionais se estruturam. Descrevemos as particularidades que possibilitam os aspectos teóricos-metodológicos dessa corrente dos estudos linguísticos, mais especificamente no espaço de produção de conhecimento do território brasileiro. Partindo dessa compreensão, empreendemos dois gestos de leitura bastante particulares que põem em funcionamento um modo de compreensão dos fatos de linguagem pelo itinerário da História das Ideias Linguísticas: a ortografia e o dicionário. Para darmos conta desse objetivo, iniciamos por uma reflexão sobre a gramatização da língua portuguesa do Brasil e o modo como a historicidade dá corpo a esse objeto de conhecimento.

Entradas para indexação

KEYWORDS: History of Language Ideas. Grammaticization. Orthography. Dictionary.

PALAVRAS CHAVE: História das Ideias linguísticas. Gramatização. Ortografia. Dicionário.

Texto integral

INTRODUÇÃO

Quando falamos em História das Ideias Linguísticas, estamos nos referindo a um domínio de conhecimento que articula a relação conceitual entre discurso, língua e história e que, no Brasil, tem investido teórica e analiticamente na compreensão da história da gramatização brasileira; da institucionalização da linguística e da disciplinarização das ideias linguística no Brasil; e da história dos instrumentos e políticas linguísticas no espaço brasileiro. Dito de outro modo, trata-se de uma área de conhecimento para a qual importa o entendimento da construção do saber metalinguístico e da própria constituição da língua nacional (cf. GUIMARÃES, ORLANDI, 1996).

Como um domínio de conhecimento que se constitui no entremeio das teorias – especialmente por sua preocupação com o saber metalinguístico – a História das Ideias Linguísticas articulou, no contexto brasileiro, pesquisadores de diversas instituições universitárias brasileiras, “inscritos em áreas diferentes, como, por exemplo: sintaxe, semântica, análise de discurso, semiótica, pragmática, sociolinguística, linguística indígena, lexicologia, filosofia da linguagem, história, estudos clássicos, ciências da informação e da cognição e literatura” (FERNANDES,

2018, p. 20). Nesse sentido, é relevante a posição de Mattos e Silva (1988) de que os estudos desenvolvidos no campo da ciência da linguagem que não se limitam a explicar o fenômeno puramente psíquico e biológico da linguagem humana são, *grosso modo*, pesquisas que se desenvolvem no âmbito da Linguística Histórica. Esse posicionamento sublinha o interesse, sobretudo, pela historicidade que acompanha a linguagem humana e que é cara aos estudos empreendidos na História das Ideias Linguísticas.

Não há dúvidas de que o processo de institucionalização da História das Ideias Linguísticas no Brasil é fortemente atravessado pela análise de discurso que se orienta por uma perspectiva materialista¹ não apenas pelo modo como as noções de discurso, língua e história passam a significar na História das Ideias Linguísticas, como também em virtude da pergunta que enlaça essas duas vertentes teóricas em torno dos discursos e suas condições de produções que significam as práticas da língua².

Chamamos atenção para a particularidade desse atravessamento teórico, porque ele traz à baila a relação da História das Ideias Linguísticas com a construção do seu objeto de conhecimento. A partir de seu atravessamento pela análise de discurso, é possível dizer que esse domínio do saber é marcado por um gesto de compreensão que busca produzir saber sobre um objeto de conhecimento, sem a pretensão de tentar *capturar* um objeto real, “porque o real é o inalcançável, o inatingível, o indizível que, no entanto, pode ser percebido pela sua relação contraditória com o imperceptível, o ausente” (MODESTO, 2018b, p. 30).

É tomando esse pressuposto por base que Paul Henry (1992) opera uma didática distinção entre o objeto real e o objeto de conhecimento, a partir de sua leitura de Jacques Lacan e Louis Althusser. O primeiro ponto abordado em sua distinção é o de que o objeto de conhecimento é tão material quanto o objeto real. No entanto, se a materialidade do conhecimento é um ponto de aproximação entre o objeto real e o objeto de conhecimento, ela é também um ponto de afastamento, na medida em que tais objetos são materialmente distintos. A tarefa imbuída em reconhecer o objeto de conhecimento consiste necessariamente em precisar sua materialidade sem o imediatismo de tomá-la por um “reflexo pensado do objeto real” (HENRY, 1992, p. 16).

É sobre essa compreensão que se assenta o segundo ponto: o objeto de conhecimento é um objeto que muda, que tem uma história inscrita na própria história da ciência que o torna objeto. Uma história de mudança ocasionada propriamente pelos enfrentamentos possíveis das teorias e das práticas específicas que as caracterizam, bem como pelas condições históricas que possibilitaram tal história, tais teorias e suas práticas. Tomando a linguística como exemplo, Henry mostra o caminho a trilhar para produzir qualquer saber sobre um objeto de conhecimento. Dirá ele que:

em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da linguística, a confrontação de suas teorias, a prática do linguista sobre a linguagem na sua

especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento. (HENRY, 1992, p. 16).

Se Henry fala aos analistas de discurso, sua voz ressoa na prática daqueles que enveredam pela História das Ideias Linguísticas. Isso porque é justamente essa a tarefa dos que se aventuram por esse campo de estudo: empreender gestos de leitura das condições de produção dos discursos teórico-científicos ou, pelo menos, ditos teórico-científicos, os quais trazem a língua para o centro de suas formulações. Esse trabalho fundamental considera que a discursividade da construção de um saber metalinguístico e da constituição do saber das línguas se dá “a partir de um certo momento e em certas condições que não dependem apenas do que se passa na linguística, mas também do que ocorre fora da linguística” (HENRY, 1992, p. 16).

Partindo dessa compreensão, neste artigo, empreendemos dois gestos de leitura bastante particulares que põem em funcionamento um modo de compreensão dos fatos de linguagem pelo itinerário da História das Ideias Linguísticas. Buscamos, assim, retomar as condições de produção de dois operadores de discursos metalinguísticos, a saber: a ortografia e o dicionário. Para darmos conta desse objetivo, iniciamos por uma reflexão sobre a gramatização da língua portuguesa do Brasil. Em seguida, proporemos uma reflexão sobre o acordo ortográfico da língua portuguesa de 1931 a partir dos artigos publicados nos anais da Revista da Academia Brasileira de Letras (ABL) durante a primeira metade do século XX. Interessa-nos analisar o modo como a discursividade posta pela “uniformização” é formulada pelo processo político de unidade da língua (cf. PFEIFFER, 2001). Assumindo-se que o conhecimento é fragmentado, constituído e (re)organizado, a ilusão de unidade e do domínio sobre o sentido de língua (cf. DIAS, 1996) – e aqui o sentido político de língua é central – põe-se em discussão a relação indissociável língua-história, passando o acordo ortográfico a ser encarado, assim como no caso dos dicionários, enquanto um saber histórico.

Depois, como dito acima, tomando o dicionário como um saber histórico (cf. SILVA, 2003) e um objeto de discurso (cf. NUNES, 2010), refletiremos sobre o funcionamento discursivo da palavra “mulato” em diferentes dicionários de língua portuguesa que circularam em Portugal e no Brasil a partir do século XVIII. O objetivo é conjecturar acerca dos atravessamentos ideológicos que constituem o dicionário, um dos instrumentos linguísticos mais ratificados pelo saber popular, especialmente pelo ideário de uma sua suposta neutralidade e completude em relação à língua.

Acreditamos que com esses dois gestos de leitura conseguiremos mostrar duas entradas diferentes e possíveis em História das Ideias Linguísticas que tocam, de modos distintos, em algumas das questões sensíveis à formação dessa área de estudo no cenário brasileiro, como, por exemplo, (i) nos instrumentos linguísticos enquanto objetos históricos (ii) na constituição da língua nacional, mais especificamente no processos de gramatização brasileira do “brasileiro” na relação tensa com a gramatização brasileira do português, (iii) no processo de colonização

linguística estruturado na tensão lusitanismo e antilusitanismo e (iv) na questão da política de línguas.

A GRAMATIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS MATERIAIS EM ANÁLISE

Um dos pilares capitais do programa de pesquisa desenvolvido na História das Ideias Linguísticas é o entendimento da constituição histórica do saber metalinguístico tanto no que diz respeito à língua, de modo mais amplo, quanto no que diz respeito às línguas nacionais, de maneira mais específica. Nesse domínio de conhecimento, então, compreender a constituição, a formulação e circulação (cf. ORLANDI, 2008) de um saber metalinguístico em dada condição de produção é qualidade fulcral para o desenvolvimento da investigação sobre o dizer teórico a respeito da língua, mas, principalmente, é condição fundamental para a compreensão em torno da construção de uma língua nacional e do modo como ela é gramaticizada.

O conceito de gramatização, conforme Auroux (2009), visa a dar conta da reflexão sobre os processos de *descrição* e de *instrumentalização* de uma língua. Esses processos, de modo geral, têm como base duas tecnologias específicas que são, por sua vez, consideradas os pilares de um saber metalinguístico nacional: a gramática e o dicionário. Tais tecnologias são consideradas instrumentos linguísticos, o que quer dizer que não servem apenas a uma mera representação de uma língua, já que desempenham um papel muito maior dentro de um projeto de poder que visa a controlar e domesticar os tempos e os espaços linguísticos. Logo, a gramática e o dicionário são duas tecnologias que gramaticizam a língua, descrevendo-a através de certa visão, em geral, prescritiva e normativa, bem com instrumentalizando-a, isto é, tornando-a *disponível* para que se possa ensiná-la e para que se possa aprendê-la, tendo sempre os interesses das classes dominantes como suporte.

No contexto brasileiro do programa da História das Ideias Linguísticas, consideramos que a gramatização das línguas passa pelo desenvolvimento histórico-político de todas as formas discursivas que, de algum modo, tendem a controlar as normas linguísticas. Desse modo, não apenas gramáticas e dicionários são considerados instrumentos linguísticos de gramatização, mas, também, os documentos históricos, os acordos de cooperação linguística, os documentos políticos, as políticas linguísticas, os manuais didáticos, os livros didáticos, as cartilhas, os programas, os aplicativos tecnológicos, entre outros instrumentos. Nesse sentido, esse é um conceito caro não somente à análise que propomos aqui para o dicionário como também para a reflexão sobre o acordo ortográfico de 1931.

No processo de gramatização, a língua é pensada enquanto um meio de estabilização de uma civilização ao passo que o contrário também se verifica: a civilização se estrutura pela estabilização de uma língua. A formação dos estados europeus iniciada na Idade Média foi a base de produção desse pensamento (cf. AUROUX, 2008), momento em que se impunha a existência de uma língua que

representasse uma nação, uma “língua padrão”. Auroux caracteriza a formação dos estados nacionais europeus como um acontecimento, um momento de grande relevância histórica que mudou as relações sociais da sociedade europeia e que, mais adiante, promoveu relações entre nações dominadoras (possuidores de uma “língua civilizada”, isto é, gramaticalizada institucionalmente e dicionarizada) e povos dominados (desconhecedores dos instrumentos linguísticos caracterizadores de uma nação).

Um dos momentos marcantes já perto do fim da Idade Média e que se relaciona a esse processo de dominação que vai caracterizar o período seguinte de expansão e grandes navegações diz respeito, segundo Auroux (2009), à chamada “revolução tecnológica” que permitiu a impressão em escala das gramáticas e dos dicionários. Essa revolução é tida, então, como ponto crucial de diferenciação entre as “línguas civilizadas” das nações dominadoras e todas as outras dos povos dominados, porque vai marcar a gramatização das línguas a partir da produção de instrumentos ou tecnologias que falam sobre a língua ou registrem a própria língua, como é o caso do instrumento dicionário e da normalização ortográfica.

No que concerne ao processo de gramatização da língua “brasileira”, ou seja, o processo de descrição e instrumentalização do português do Brasil, Guimarães (2004), pautado por uma leitura historiográfica das condições de produção da colonização do país e seu posterior desenvolvimento, define uma periodização ligada aos rearranjos políticos e institucionais do contexto brasileiro em relação ao trato com o que foi se construindo como língua nacional. Desse modo, para o autor, é possível pensar o processo de gramatização do “brasileiro”, a partir de quatro momentos históricos específicos:

- 1) **Da “descoberta” do Brasil até o início da segunda metade do século XIX:** período que se caracteriza por praticamente não haver estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil. No final desse período, passa a ser mais frequente o debate entre brasileiros e portugueses em relação ao uso de construções e expressões consideradas inadequadas por escritores e gramáticos brasileiros;
- 2) **Do início da segunda metade do séc. XIX até o final dos anos de 1930:** período caracterizado pelo início dos estudos do português brasileiro e pela publicação das primeiras gramáticas produzidas no país. Além disso, é nesse período que acontece a fundação da ABL, bem como os debates iniciais sobre as diferenças entre o português falado na Europa e no Brasil;
- 3) **Do final dos anos de 1930 até a década de 1960:** período marcado pela criação dos cursos de Letras no Brasil, pela institucionalização da Linguística como disciplina obrigatória nesses cursos, a partir da decisão do Conselho Federal de Educação em 1962;
- 4) **De meados dos anos de 1960 até o início dos anos 2000:** esse período é marcado pela concretização da Linguística não só como disciplina em todos os Cursos de Letras no Brasil, mas como grande área

de pesquisa. É nesse período também que há o movimento massivo de implantação de cursos de Pós-graduação em Linguística no Brasil³.

No que tange às análises que aqui empreendemos, a periodização proposta por Guimarães (2004) nos é fundamental na medida em que nos ajuda a delimitar as condições de produção dos discursos e saberes metalinguísticos envolvidos na construção de um projeto de língua nacional do Brasil em seu processo de descolamento político da língua portuguesa dos colonizadores. Em relação à análise do acordo ortográfico de 1931, por exemplo, é possível situar a discussão (que tomava a língua como objeto) pelo atravessamento histórico de um período de transição de uma mentalidade linguística fortemente colonizada para uma prática político-linguística afetada pela construção do “novo”: por exemplo, a publicação das primeiras gramáticas de origem brasileiras como a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro, de 1881; e a fundação da ABL, em 1887, e seu intenso envolvimento no acordo de unificação ortográfica na década de 1930. Já no que toca aos dicionários, veremos mais à frente a ratificação da periodização proposta por Guimarães (2004), tendo em vista os embates históricos entre a incorporação de “brasileirismos” em dicionários portugueses e a própria constituição dos dicionários brasileiros que vai constituir a passagem histórica da discursividade lexicográfica de que vamos tratar na análise.

A partir dessas considerações sobre o contexto da gramatização da língua portuguesa *do* Brasil, ou da língua “brasileira”, a pergunta geral que conduz nossos dois gestos analíticos é: qual o papel do acordo ortográfico de 1931 e dos dicionários de língua portuguesa (tomando como ponto de análise o funcionamento discursivo de um verbete extremamente característico da realidade miscigenada do Brasil) como instrumentos linguísticos na construção de uma *realidade linguística brasileira* ou de uma *imagem de completude da língua falado no Brasil*?

O ACORDO ORTOGRÁFICO E A UNIFORMIZAÇÃO DO IDIOMA NACIONAL

Antes de determo-nos na polêmica em torno do acordo ortográfico de 1931, propomos um movimento de análise sobre as bases sócio-históricas em que esse saber linguístico foi produzido, o “incômodo” que fundamentou a discussão na Revista da ABL. Partiremos inicialmente no texto constitucional de 1891, o primeiro republicano, que fundamenta juridicamente o novo regime. Se, por um lado, a atenção do texto constitucional está voltada para a efetivação e regulamentação de um novo regime, de outro não é possível encontrar o mesmo cuidado com a ortografia representativa do país. Uma lacuna que é explorada pela ABL presente nos anais da própria Revista da Academia, duas décadas após a promulgação do acordo, na seção intitulada “Os projetos de reforma”:

A Academia Brasileira de Letras dá bem a noção de quanto o **problema** é urgente, porquanto só no seu título ha duas palavras

de ortografia duvidosa e não se encontram dois dos seus membros que grafem as palavras do mesmo modo; que até a palavra Brazil figura mesmo em moedas, selos, notas do Tezouro e documentos oficiais ora com s, ora com z, **podendo-se dizer que o Brazil é a única nação civilizada que não sabe escrever o próprio nome.** (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1910, p. 85) (grifo nosso)

O desgosto com a não uniformização da ortografia é posto, e a ortografia brasileira torna-se um problema a ser resolvido. Afinal, uma “nação civilizada” seria aquela que sabe escrever o seu próprio nome, aquela em que a língua nacional sustenta a sua nacionalidade, por conseguinte, a sua unidade e distinção em relação as demais nações. O discurso que se estrutura em torno da ausência de uma uniformização encontra-se em outros trechos no arquivo da Revista da Academia, enumerando os diferentes problemas causados pela falta de uma ortografia oficial no território brasileiro.

O fato, porém, é este: a língua portuguesa não tem ortografia, o que é um mal no ponto de vista da educação pública, e **uma inferioridade para a língua de gente civilizada.** (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1910, p. 80) (grifo nosso)

Nem é possível, nem ha razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos habitos de prosódia de cinco milhões de portugueses cuja pronuncia aliaz diverje profundamente de provincia para provincia (...) a prozodia portuguesa atual evolue de um modo distinto da nossa e já não é a mesma que no tempo em que o Brazil deixou de ser colonia. (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1910, p. 87) (grifo nosso)

A necessidade de uma ortografia oficial é, aos poucos, discursivizada pela *uniformização*. Nesse cenário, o conceito de língua nacional se constitui a partir de um idioma imaginariamente uniforme, sobre a evidência de um país monolíngue, o que garantiria o desejo de unidade. Um posicionamento sustentado por diferentes argumentos, como se vê nos trechos acima: disparidade ortográfica (“não se encontram dois dos seus membros que grafem as palavras do mesmo modo”), inferioridade em relação as demais nações (“uma inferioridade para a língua de gente civilizada”), e, sobretudo, a submissão à nação que outrora foi sua colonizadora (“Nem é possível, nem ha razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos habitos de prosódia de cinco milhões de portugueses cuja pronuncia aliaz diverje profundamente de provincia para provincia”).

Nesse momento, interessa-nos sublinhar que esse descontentamento em relação à dissociação com a ortografia de Portugal teve seu ápice após a adoção pelo governo português da obra do foneticista Gonçalves Viana como a obra a ser seguida na Reforma Ortográfica de 1911. Ora, em um único movimento, a adoção do governo português de uma obra dedicada à descrição da fonética lusa não

apenas deslocou a inspiração ortográfica baseada nos étimos latino e gregos para a descrição da fala lusa, mas também formalizou as diferenças ortográficas entre Brasil e Portugal. Estabelecia-se, assim, a dificuldade no diálogo entre a Academia de Ciências de Lisboa e a ABL em prol de uma ortografia convergente. E esse diálogo foi idealizado no acordo de 1931. Sumariamente, o período pode ser descrito na afirmação de Mariani e Souza:

Ora se propunha uma “ortografia simplificada”, privilegiando-se apenas a etimologia, ora uma ortografia mista, numa tentativa de conciliação entre a etimologia e a fonética. Em alguns pontos, porém, os filólogos estavam de acordo: era preciso terminar com o estado anárquico na qual a ortografia estava imersa. (MARIANI; SOUZA, 1996, p. 86)

RECORTE E BREVE ANÁLISE

Em 1930, no Brasil, um golpe de estado põe em suspensão a sucessão presidencial e institui o regime de “Governo Provisório” chefiado por Getúlio Vargas. Com a revolução de 1930 e o Estado governado por decreto, mudanças na ortografia oficial somente foram registradas mediante decretos. Na medida em que o exterior não é um acessório à compreensão do sentido, mas sua condição de possibilidade, entendemos que essa particularidade estruturará as polêmicas observadas na Revista da Academia após o acordo de 1931.

O documento que oficializa o acordo Luso-Brasileiro de 1931, o Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933, “Torna obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa”. Entretanto, o acordo de 1931 não foi posto em prática em virtude da não aceitação da Academia de Ciências de Lisboa em relação às alterações propostas pela ABL.

Vejamos o que assevera o Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933:

Considerando que já está publicado o vocabulário oficial da Academia Brasileira de Letras, organizado segundo o sistema ortográfico decorrente do acôrdo, e que, portanto, **fácil se torna a prática de um sistema gráfico que uniformize definitivamente a escrita do idioma nacional.** (BRASIL. Decreto n. 23028/33, grifo nosso)

É possível admitir um duplo movimento interpretativo nesse decreto: (i) a consideração de que as bases ortográficas luso-brasileiras estão em conformidade, e (ii) a compreensão de que uma uniformidade interna, até então inexistente, passa a existir. Se, por um lado, o decreto “torna obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa” (BRASIL. Decreto n. 23028/33), de outro, há uma tentativa de por fim à problemática da falta de uniformização do próprio idioma nacional.

Interessa-nos analisar esse segundo movimento interpretativo. Esta segunda leitura atribui à língua nacional um caráter homogêneo, isento de corrupções e desvios, características determinantes para regimentar o idioma nacional. Apagam-se, assim, as dimensões da escrita (morfologia, sintaxe, fonologia, semântica, e com elas as particularidades históricas) em detrimento da grafia. A necessidade de um sistema uniforme impõe a negação das bases do funcionamento da própria língua, encarada como uma barreira à instituição do idioma nacional. O que ressoa no arquivo da Revista da ABL anos mais tarde:

(...) [o decreto nº 23.028 de 1933] teve o alcance superior de vedar o prevaecimento, para o idioma pátrio, das grafias exclusivamente fonéticas, as quais, dadas as condições de extensão territorial do país e **a diversificação das prosódias regionais, atentariam de feito contra a unidade da língua e, portanto, contra a unidade nacional.** (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1935, p. 449-450) (grifo nosso)

A língua falada, com sua suposta falta de sistematicidade, é encarada como um empecilho à unidade nacional. A língua, tomada enquanto unidade e transparente, confunde-se com a sua modalidade escrita. Se antes do acordo ortográfico de 1931 reinava o discurso que admitia uma “anarquia na ortografia” (cf. MARIANI; SOUZA, 1996), a uniformização ortográfica torna-se fundamental para por fim ao “problema” que se desenvolveu ao longo das primeiras décadas do séc. XX.

A partir daqui procedemos à organização da polêmica observada no arquivo da Revista da ABL, por meio de sequências discursivas⁴ (SD) (cf. COURTINE, 2009)⁵. As seguintes SD correspondem à polêmica suscitada após a publicação do acordo de 1931 publicadas no artigo “Simplificação ortográfica”, de Antônio Leão Veloso, impresso na Revista da ABL de 1934:

SD-1

A uniformização e a simplificação ortográfica, constituem um serviço de valor inestimável, que se presta a um país. (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1934, p. 96) (grifo nosso)

SD-2

[O novo acordo] conseguiu finalmente reunir as preferências dos portugueses e brasileiros que tiveram, em mãos, **a solução do problema ortográfico.** (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1934, p. 96) (grifo nosso)

Mais uma vez ressalva-se a necessidade de solucionar o “problema ortográfico”, uma barreira que se põe à efetivação de uma língua nacional. A

ausência de uma uniformização ortografia resulta em uma necessária “solução” sem considerar, entretanto, o funcionamento interno da própria língua: é o decreto, não o parecer científico, que autoriza a mudança. Mas essa valorização da unidade em detrimento à diferença é apenas uma das bases constitutivas da discussão em torno da questão ortográfica no território brasileiro. É possível encontrar no artigo “Língua Brasileira?”, de Carlos Magalhães de Azeredo, outro atravessamento constitutivo dessa polêmica:

SD-3

Devemos opôr um embaraço á deformação, que é mais rápida entre nós; **devemos reconhecer que êles [os portugueses] são os donos das fontes; que as nossas empobrecem mais depressa, e que é preciso renová-las indo a êles.**” (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1939, p. 174) (grifo nosso)

Vê-se que o discurso que prega a unidade e admissão de uma “língua brasileira”, mais precisamente a língua falada no Brasil, é defrontado também pelo imaginário constitutivo da língua falada pelo colonizado: a existência de erros, deturpações em comparação com a língua mãe, a língua portuguesa, é ponto de crítica e menosprezo à língua falada em território brasileiro. Ao se afirmar que a língua de Portugal é deformada mais rapidamente em território brasileiro, admite-se a língua falada pelos portugueses como a língua de referência para por fim a essas deturpações operadas por brasileiros.

Nesse momento, entra em conflito a questão espaço-temporal: afinal, se Magalhães de Azeredo afirma que a língua falada no território brasileiro deturpa a língua do território luso, delinea-se uma impossibilidade de se falar em língua brasileira, suas peculiaridades construídas por aqueles (nativos, invasores, escravos, refugiados) que habitaram o Brasil. Defender a existência de uma corrupção da “língua fonte” é estabelecer um lugar polêmico da diferença que questiona os brasileiros sobre sua unidade, sua independência política encoberta por uma questão aparentemente linguística. Com efeito, trata-se de uma tentativa de aproximar línguas que se historicizaram de modo distinto nos dois territórios.

Por fim, situemos o posicionamento contrário a esta argumentação, que já era possível encontrar, em décadas anteriores, na própria revista da academia:

Nem é possível, nem ha razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos habitos de prosódia de cinco milhões de portugueses cuja pronuncia aliaz diverje profundamente de provincia para provincia (...) a prozodia portugueza atual evolue de um modo distinto da nossa e já não é a mesma que no tempo em que o Brazil deixou de ser colonia;” (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1910, p. 87)

Sobre as polêmicas produzidas pelas discussões em torno da uma unidade

linguística no Brasil dos séculos XIX/XX, Pfeiffer (2001) sublinha o lugar discursivo da nacionalização como o primeiro eixo enunciativo de confronto do aspecto espaço-temporal da língua portuguesa determinante no processo de construção dos sentidos da língua nacional no território brasileiro. Em suas palavras:

Há um primeiro eixo enunciativo, do lugar discursivo da nacionalização, em que se constrói uma diferenciação entre a(s) língua(s) falada(s) no Brasil e a língua falada em Portugal. Ele se produz sob as bases de um aparente paradoxo, já que a denominação da língua não se dá pela adjetivação “língua brasileira”, mas somente pela circunscrição espacial feita pelo pronome possessivo “nossa língua”, que constrói uma “língua no Brasil”. (PFEIFFER, 2001, p. 169)

Esse paradoxo apresentado por Pfeiffer deixou marcas no território brasileiro. É o que notamos no artigo em que Carlos Magalhães de Azeredo comenta a consideração de uma “língua brasileira”:

SD-4

Não se criam línguas por caprichos de escritores, nem mesmo por deliberações de academias, embora na nossa linda terra, onde tudo acontece e nada espanta, se haja tentado fazê-lo por decreto municipal. (...) para mim, a idéia de que um idioma autóctone tenha maior valia, como símbolo de vida nacional, que um idioma herdado com imperecíveis elementos de sensibilidade, de mentalidade, de instituições, de costumes, e, ainda por cima, com imenso cabedal de glórias, não passa de mero e pueril preconceito. (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1939, p. 169) (grifo nosso)

De imediato, é possível admitir a lembrança da sobredeterminação do jurídico em detrimento do discurso acadêmico no trato com a ortografia brasileira. Com efeito, desde o início, o funcionamento da reforma ortográfica no Brasil é sustentado pelo aparelho jurídico. Segundo essa SD, o discurso acadêmico promoveria a cientificidade como respaldo para a tão desejada uniformidade, sublinhando “o idioma herdado”, com base nos costumes e particularidades próprias da formação do território brasileiro, como base para a reforma. A uniformização sustentada por um “idioma forjado”, respaldado juridicamente, seria antes um discurso em nome da diferença em relação à ortografia lusa que um reconhecimento das particularidades do povo brasileiro, bem como a defesa de sua autonomia política.

Azeredo finaliza sua argumentação traçando um paralelo com um possível fenômeno ocorrido em terras portuguesas:

SD-5

Diz-se que os letrados portugueses dos séculos XVII e XVIII guardaram intacta a complicada ortografia etimológica a modo de barreira contra a força centrípeta do magnete castelhano; nós não precisamos de tais estratagemas. (...) entendo que nada teríamos a lucrar, mas muito a perder, se nos aventurássemos á extravagância ainda maior de **forjar artificialmente uma pretensa língua brasileira.** (REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1939, p. 171-173) (grifo nosso)

Ao reprovar a tentativa de distinguir a *língua portuguesa* de uma suposta *língua brasileira* forjada artificialmente, estabelece-se uma tensão entre o *mesmo* e o *outro*, a diferença no mesmo. Afinal, uma língua “diferente” para as duas nações não determinaria o apagamento de seu passado. Será essa a afirmação central para o argumento de Magalhães de Azeredo. Em outras palavras, no processo de constituição de uma unidade linguística brasileira, o ato de nomear a língua não implica a legitimação nacional/política – esta já consolidada na época.

Essa análise histórica de uma “Ideia Linguística” fez notarmos o saber metalinguístico ortográfico como uma política linguística que vai afetando o imaginário da sociedade, de modo a atravessar não somente o cotidiano social como também o próprio saber nacional sobre si. Passemos agora à análise de um saber metalinguístico que também mexe como o domínio da palavra, não pela ortografia, mas pelo viés lexicográfico e terminológico.

OS DICIONÁRIOS SOB A LUPA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Para a História das Ideias Linguísticas, a análise histórica dos dicionários (sua conjuntura de constituição, formulação e circulação; seu saber lexicográfico subjacente; sua política de verbetes, entre outros) é ponto fundamental para a produção de saber nesta área de conhecimento, na medida em que é capaz de mobilizar seus interesses, esses já aqui apresentados na introdução: (i) os instrumentos linguísticos enquanto objetos históricos; (ii) a constituição da língua nacional, mais especificamente os processos de sua gramatização; (iii) o processo de colonização linguística e (iv) a questão da política de línguas. Em nossa análise sobre o funcionamento da palavra “mulato” nos dicionários aqui elencados, buscaremos passar, na medida do possível, por alguns desses pontos.

De saída, retomamos autores como Orlandi (2000), Silva (2003) e Nunes (2010) para os quais o dicionário é um instrumento linguístico que se constitui historicamente tornando-se um objeto discursivo. Os dicionários constituem-se como “um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas” (NUNES, 2010, p.7), pois eles são “textos produzidos em certas condições, tendo o seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória ante a língua” (ORLANDI, 2000, p. 97). Sendo, então, um discurso sobre a língua, os dicionários são arquivos da língua que funcionam por um efeito

de transparência e organização que precisa ser opacizado no gesto de análise. Em outras palavras, podemos dizer que os dicionários, enquanto objetos discursivos que produzem um discurso sobre a língua, funcionam como um arquivo que inscreve na história o funcionamento material (e por isso mesmo ideológico) da língua por um efeito de linearidade (cf. PÊCHEUX, 2010) que “dissimularia” posições-sujeito pela ideia de “definição”. Tomando esse pressuposto por base, defendemos que nos dicionários o funcionamento discursivo dos enunciados definidores trabalha a partir do apagamento da diferença e do encaixe da memória (interdiscurso) na evidencialidade da formulação, encaixe sintático (intradiscurso).

O que aparece como definição no dicionário, embora pareça óbvio e linear, é efeito da ideologia na materialidade da língua, ou seja, é a própria discursividade. Ao analisarmos, pois, o funcionamento dessa discursividade, nosso objetivo é compreender os efeitos político-ideológicos da colonização brasileira (pautada por um gesto violento de miscigenação o qual, por sua vez, vem sustentando o chamado mito da democracia racial (cf. NASCIMENTO, 1978)) que põe em jogo as (in)diferenças que se estabelecem entre o português europeu e o português brasileiro. Em outras palavras, a pergunta que norteia essa análise em particular pode ser assim formulada: *como as definições do verbete “mulato”, encontradas em diferentes dicionários, permitem a reflexão sobre os dicionários como objetos históricos e instrumentos linguísticos da colonização (ou lembrete da colonização), fazendo trabalhar discursos sobre a realidade racial brasileira?*

Antes de adentrarmos no gesto de análise, chamamos atenção para a gramatização dos dicionários na língua brasileira. Nesse aspecto, Nunes (2010) ratifica a periodização proposta por Guimarães já aqui apresentada, mostrando que a partir da segunda metade do séc. XIX torna-se mais forte uma tendência, inaugurada por Antonio de Moraes Silva, de introduzir palavras brasileiras nos dicionários monolíngues de língua portuguesa. Essa introdução era feita a partir da publicação de vocabulários de “brasileirismos” que visavam a complementar os dicionários portugueses. Contudo, esse tipo de dicionário “embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões” (NUNES, 2010, p. 10).

Nunes faz questão de pontuar, desse modo, que a produção de dicionários parciais e de complemento mostra que no século XIX já há a constituição de uma lexicografia brasileira de língua nacional. Mesmo assim, o autor ressalta que é somente no século XX que surgem os primeiros grandes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Nesse século, “não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que completariam os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil” (NUNES, 2010, p.10).

Dentro desse contexto, o autor reafirma a importância da década de 1940 como um momento em que se tenta iniciar a produção efetiva de uma imagem de completude da língua falada no Brasil⁶. Fundamental refletir, ainda com base na referência aqui citada, que o estudo terminológico desenvolvido nesse período – visto muitas vezes independentemente da ciência da linguagem – tinha por meta a

uniformização e padronização da linguagem culta. Nessa visada conceitual, termos e definições eram considerados unidades estanques sem vínculo com seu contexto discursivo de produção, fato que implicaria o entendimento de que as definições, além de uniformes, corresponderiam somente a uma denominação e vice e versa.⁷

Esse é, pois, um ponto de contradição do qual gostaríamos de aqui tratar, na medida em que o problema da colonização linguística persiste na produção do imaginário de completude da língua falada no Brasil. Em outras palavras, como estabelecer definições que tentassem construir uma identidade nacional a partir de uma prática terminológica ainda presa à padronização linguística? Conforme Orlandi (2000), uma resposta pertinente pode ser o fato de que:

Se, no século XIX, o dicionário produzido no Brasil legitima uma língua diferente da de Portugal, com sua escrita, capaz de institucionalizar-se e definir cidadania, no século XX ele perde esse caráter. A produção dos instrumentos linguísticos, uma vez que o Estado já está bem estabelecido em sua materialidade, tem mais o sentido da legitimidade científica do que da nacionalidade. Se, na época colonial, o dicionário é uma discursividade de construção de uma realidade brasileira, atualmente, com essa realidade já nomeada e com os brasileiros sabendo sua língua - os instrumentos linguísticos, a escolarização, a literatura etc. estão aí para atestá-lo -, o uso do dicionário se faz sobre o efeito de pré-construído, como um "lembrete" de uma realidade já estabelecida e certa, um lugar em que "se sabem" as palavras de nossa língua. (ORLANDI, 2000, p. 102)

A ideia retratada pela autora mostra o caráter de repetição ou retorno que envolve os instrumentos linguísticos no discurso da colonização sempre presente e persistente. Se em determinado momento histórico, a colonização produz (para e no Brasil) uma discursividade a se combater, tal realidade, quando combatida e superada, parece, contraditoriamente, se estabilizar como lugar comum na produção de uma língua que *já se sabe* nacional. Uma vez estabilizada na contradição, o efeito de retorno parece constituir uma linearidade entre o antes e o depois da colonização que, por efeito de materialização da língua, produz definições que não caracterizariam, pelo menos não discursivamente, descontinuidades ideológicas específicas.

Crendo que essa discussão preliminar já é capaz de sustentar a compreensão de nosso gesto analítico subsequente, comecemos por explorar as definições do verbete "mulato" em dicionários do século XVIII e XIX. Do século XVIII, recuperamos a definição encontrada no *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, obra do Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, de 1798. Trata-se de um dicionário em língua portuguesa escrito por um teólogo, historiador e religioso português num momento histórico da gramatização da língua caracterizado, como já mencionamos anteriormente, por praticamente não haver estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil, de modo que toda política linguística derivava diretamente de Portugal.

Já do século XIX, recuperamos as definições encontrada em três dicionários: i) no *Grande Dicionario do Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, obra do Dr. Frei Domingos Vieira, de 1871; e) em duas edições (1813 e 1878) do *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes e Silva. Embora sejam do século XIX (período caracterizado pelo início dos estudos do português brasileiro, pela publicação das primeiras gramáticas produzidas no país, bem como pelos debates iniciais sobre as diferenças entre o português falado na Europa e no Brasil), esses dicionários apresentam uma diferença fundamental, notadamente no que concerne à sua autoria. Sendo Frei Domingos Vieira um teólogo e romanista português e Antonio de Moraes e Silva um lexicólogo brasileiro (que em certo momento de sua produção passou a incorporar palavras brasileiras nos dicionários monolíngues de língua portuguesa), é pertinente compreender o atravessamento das diferentes tradições lexicológicas que se constituem em suas produções, bem como os possíveis processos de mudança.

Dito isso, trazemos em forma de SD as definições dos dicionários de autoria portuguesa dos séculos XVIII e XIX:

SD-6

Mulato: Macho asneiro, filho de cavalo e burra. Por uma lei de 1538, se determinada que nenhuma pessoa d'Entre Douro e Minho pudesse criar mais que *hum* mulato para seu serviço, sob pena de um ano de degredo pra um dos coutos, fora da dita comarca, e de perdimento dos mulatos que criasse, metade para quem o acusasse e a outra metade para a Câmara de Sua Majestade. Tudo ficou revogado nas Cortes de Tomar.

(**Elucidário das Palavras, Termos e Frases (...)**, de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Lisboa, 1798.)

SD-7

MULATO, A. s. Termo antiquado. Macho asneiro, filho de cavallo e burra. Por uma lei de 1538 se determinada, que nenhuma pessoa d'Entre Douro e Minho podesse crear mais que um mulato para seu serviço, sob pena de um anno de degredo para um dos coutos fora da dita comarca, e de perca dos mulatos, que criasse, s'ndo metade para quem o accusasse, e a outra metade para a camará de sua majestade; o que mais tarde foi revogado nas cortes celebradas de Thomar. – Cão mulato; variedade de cão selvagem da Ásia [...] Figurada e popularmente: o branco com a negra, ou vice-versa, produzem um mulato cuja cór é morena; isto é, mixta de preta e branca; este mulato com uma branca produz um segundo mulato menos moreno que o primeiro; e se este segundo mulato se unir do mesmo modo a um indivíduo de raça branca, o terceiro mulato não terá mais do que uma cór morena ligeira, que desapparecerá inteiramente nas gerações imediatas. – Adjectivamente: nascido de um negro e de uma branca, ou de um branco e de uma negra. – um criado mulato – uma criada mulata – “E estando quase recolhido em saluo, porque lhe disseram que ticaua hum homem d'armas mulato, o qual dizião ser seu irmão

bastardo: tornou a ele, e com muito trabalho por estar ferido, o saluou as costas” Barros, Década 2, liv. 5 cap 5.

(**Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza**, de Frei Domingos Vieira, Lisboa, 1871, p. 351)

As SD acima, as quais dão conta da realidade linguística da constituição de dicionários de língua portuguesa produzidos em Portugal por portugueses, apresentam – malgrado a distância de setenta e três anos que atravessa os séculos XVIII e XIX e o alerta de “termo antigo” constante no dicionário de 1871 – o mesmo enunciado definidor como primeira entrada para o verbete em análise: “macho asneiro, filho de cavalo e burra”. Após essa definição primeira, ambos instrumentos linguísticos seguem a tradição terminológica da época em que são produzidos. O primeiro, ainda ligado à tradução colonial apresenta a narração como forma material de textualização. O segundo, por sua vez, sendo um instrumento linguístico feito em Portugal, mas de circulação também em outras regiões de controle político, como é o caso do Brasil, traz o predomínio da descrição. Conforme Orlandi (2000), nos dicionários, enquanto a narração acentua a relação referencial entre sentido e coisa definida, “a descrição se liga mais a procedimentos científicos, à construção de taxonomias, colocando a realidade na perspectiva da relação do saber com o Estado. Marca de decidida cientificidade e de objetividade de uma realidade já nomeada” (ORLANDI, 2000, p. 102), forma política de definição que compõe a época de produção do dicionário de 1871.

Desse modo, se, na SD-6, o enunciado definidor é acompanhado de uma *narração* que recupera o histórico de uma lei específica, na SD-7 há a permanência dessa tradição na forma textual de apresentar essa definição, mas há também a ocorrência de outros enunciados definidores os quais *descrevem* o verbete em questão e visam a produzir um efeito de objetividade científica – biológica e evolutiva, inclusive – no que toca ao entendimento do “mulato”. É assim, então, que o dicionário de Frei Domingos Vieira apresenta de modo detalhado a maneira pela qual o mulato, isto é, “o branco com a negra” pode deixar de existir através das gerações. Há ainda a menção à função adjetival do verbete, momento em que se reconhece o uso da palavra mulato (ou mulata), dessa vez não atribuída a um animal, mas a uma pessoa-*animal*, um criado. Sendo “nascido de um negro e de uma branca, ou de um branco e de uma negra” o exemplo escolhido do substantivo a ser adjetivado (criado/criada) traz à tona a subalternidade do mulato, um “homem de armas... irmão bastardo”, fato que o distingue do elemento branco superior, sem deixar de o aproximar ao elemento negro inferiorizado nas práticas sociais que subjazem o contexto de produção discursivo em pauta.

Em relação a essa questão do lugar do mulato frente à superioridade do branco e da suposta inferioridade do elemento negro, cabe ressaltar o modo como a construção do enunciado definidor passa a ser estruturado quando a temática “filiação” vem aparecendo nos dicionários, como veremos a seguir nas duas edições do dicionário de Antonio de Moraes e Silva, um do início do século XIX (1813) o outro já mais perto de seu final (1878). Podendo ser também o fruto de uma *égua* com um *jumento*, as definições, via de regra, silenciam essa possibilidade biológica combinatória reforçando um único modelo: “filho de cavalo e burra”.

Essa definição é em geral acompanhada da construção “filha de preta com branco”, mesmo que a essa, às vezes, seja associada o determinante “ou as avessas” para marcar a possibilidade da contradição (ou seja, filha do preto com a branca). De qualquer modo, sendo essas duas formas cruzadas de textualização as mais recorrentes, fica posto a relação superioridade-inferioridade que pode ser construída pela combinação entre *cavalo* e (**homem**) *branco* e pela combinação entre *burra* e (**mulher**) *negra*. Trata-se de uma analogia discreta construída nas tramas discursivas que se materializam na língua que, por sua vez, reforça a superioridade do homem branco, aqui representado na pureza e elegância do animal cavalo, ao passo que reforça a inferioridade feminina negra pela sua representação no animal burro.

Nas SD abaixo é possível visualizar melhor o funcionamento discursivo desse processo ideológico:

SD-8

Muláto s. m Mulata, f. Filho, ou filha de preta com branco, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia. O filho do cavalo, e burra. Mir. Cart. 2. Est. 60 “ou dormindo no mulato”

(**Dicionário da Língua Portuguesa**, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1813).

SD-9

Mulato, a, S (de mú, ou mulo) ant. Mulo; o filho do cavalo, e burra, macho asneiro. Sá Mir. Carl. 2 est. 60 “ou dormindo no mulato”. Sinonímia fig. E us. Filho, ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia *Mulato velho: nome que se dá no Brasil ao bagre escalado

(**Dicionário da Língua Portuguesa**, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1878).

Conforme pontuamos, tanto a SD-8 quanto a SD-9 apresentam a mesma autoria, mas a distância temporal das edições caracteriza uma passagem fundamental na forma material do instrumento linguístico, o que põe em questão a própria discursividade da época. O dicionário de 1813 traz como primeira entrada o discurso da filiação, tal como pontuamos acima, reforçando o mulato como o filho da preta (feminino) com o branco (masculino), e somente depois comparece a definição zoológica (filho do cavalo e burra) como sinonímia. Esse modo de ordenação reforça que o discurso da filiação – que é inequivocamente atravessado por uma questão racial e de classe – determina a discursividade da expressão mulato, atualizando de maneira potente as tensões sociais e raciais em pauta durante o período histórico em questão.

Embora haja uma mudança sutil, a forma material do dicionário de 1878 mexe irremediavelmente com a lógica discursiva e colonialista da edição de 1813. Assim, na SD-9, vê-se a inversão das entradas, de modo que, dessa vez, é o discurso da filiação humana que passa a figurar como sinonímia. Associado a isso, cabe

ressaltar que a edição apresentada na SD-9 relaciona-se à periodização já aqui trazida: trata-se de um dicionário editado no decorrer da segunda metade do século XIX por um brasileiro empenhado em uma causa de seu tempo, qual seja, introduzir palavras brasileiras nos dicionários monolíngues de língua portuguesa no intuito de complementar os dicionários portugueses. À vista disso, chama atenção a relação que se estabelece entre a primeira entrada e o registro do brasileirismo (“*mulato velho: nome que se dá no Brasil ao bagre escalado”), porque ela joga a discursividade racial para um plano secundário (afinal, esta é uma sinonímia) e estabelece uma continuidade do pensamento colonial que, senão nega, pelo menos, silencia, no efeito de documentação produzido pelo instrumento linguístico, o registro da tensão racial no contexto do século XIX.

Na SD seguinte, operamos um salto temporal e trazemos à baila um dicionário brasileiro do final dos anos de 1940. O motivo para esse salto também conversa com a periodização com a qual viemos trabalhando ao longo do texto, pois chamamos atenção para uma definição que se constitui em um momento em que os dicionários estão empenhados na chamada produção efetiva de uma imagem de completude da língua falada no Brasil. É também o momento em que estudo terminológico desenvolvido nesse período tinha por meta a uniformização e padronização da linguagem culta. Vejamos:

SD-10

Mulato *m.* Etngr. Mestiço brasileiro, - oriundo do cruzamento entre o branco e o negro. Seus caracteres antropológicos variam bastante, conforme grau de mestiçagem. Sem ser tão robusto quanto o negro, demonstra geralmente mais viva inteligência e aptidões artísticas.

(**Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**, Álvaro Magalhães, 1947).

Nesse momento, do chamado trabalho por uma completude de uma língua nacional, vê-se que o que está em pauta no dicionário é a discussão racial, a constituição do elemento mulato como pertencente à sociedade brasileira. O verbete, nesse sentido, é enunciado pela sigla “Etngr” (de “Etnografia”) que marca as condições de produção, formulação e circulação em que a palavra “mulato” deve estar inserida: o debate em torno da construção do povo brasileiro e de sua identidade. Cabe, portanto, lembrar que há, em virtude do contexto histórico, um cruzamento de discursividades que produz um encontro sustentado pela lógica do cientificismo: se, por um lado, os dicionários evocam campos teóricos para produzir seu efeito de cientificidade (observemos, por exemplo, as expressões da etnografia e do recurso “antropológico” presentes na definição), por outro lado – mas, de modo complementar – a própria exploração do discurso antropológico imprime a efervescência do debate em torno da democracia racial ou miscigenação⁸, elemento histórico que até hoje acompanha os discursos sobre a pluralidade e mestiçagem brasileira⁹. Esse “reforço científico” é feito a partir de uma forma material que visa a descrever os “caracteres antropológicos” do sujeito mulato, novamente pela relação entre superioridade-inferioridade de brancos e negros como elementos mestiçados: se a robustez negra não é toda ela *absorvida*

pelo mulato, será dito que, sobre o elemento negro, pelo menos, o mulato “demonstra mais viva inteligência e aptidões artísticas” certamente pela sua herança branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Mattos e Silva (1988), a Linguística Histórica *lato sensu* corresponde ao âmbito dos estudos linguísticos que concentra os estudos dedicados a descrever e explicar o funcionamento da linguagem humana considerando-a em sua totalidade, mais precisamente, sem deixar de lado a historicidade que a compõe. Esse posicionamento se dá em oposição à Linguística Teórica, como explica a linguista, ao fazer alusão às abordagens estruturalistas e gerativistas:

Integrar-se-á no âmbito da Linguística Histórica todo o estudo da ciência da linguagem que não se defina como tentativa de explicar e explicitar a faculdade da linguagem dos homens, fenômeno psíquico e biológico ou psico-biológico (MATTOS E SILVA, 1988, p. 88).

Essa compreensão defende que não apenas a Linguística Histórica *stricto sensu*, a filologia, seja reconhecida por se opor aos estudos ditos teóricos, mas também a “Dialectologia, Sociolinguística, história da língua, descrições sincrônicas, política linguística etc.” (MATTOS E SILVA, 1988, p. 86). Ao que acrescentamos as pesquisas desenvolvidas em Histórias das Ideias Linguísticas, entre outras correntes que, embora dialoguem com o campo da linguística teórica (o que deve ocorrer para se situar no próprio âmbito da Linguística), pertencem, de acordo com a professora Rosa, ao campo da Linguística Histórica (*lato sensu*). É nesse espaço de conhecimento que descrevemos dois gestos de leitura, com o fito de caracterizar o modo como a História das Ideias Linguísticas opera dentro do campo da Linguística.

Na breve análise aqui proposta sobre o acordo ortográfico de 1931, por exemplo, notamos que o funcionamento central dos debates em torno da língua portuguesa no Brasil do início do século XX se realiza pela sobredeterminação de uma discursividade que não apenas intenta estabelecer as bases ortográficas de uma língua, mas que também objetiva legitimar o seu idioma, dar-lhe unidade, ao passo que pretende se diferenciar de seu antigo colonizador. O que se observa é a formulação da ideia de nação, recorrente nos textos da ABL, uma desejada unidade na/pela língua nacional a custas de um saber linguístico edificado por uma pequena parcela da sociedade brasileira. Dessa forma, o saber metalinguístico de língua e língua nacional se confundem, na medida em que são influenciadas pelo própria ideia de nação.

Por sua vez, em relação ao estudo dos dicionários aqui trazidos, a análise do verbete *mulato* mostrou a perpetuação de um pensamento colonial de base eurocêntrica que encontra no instrumento linguístico uma forma de materialização. Nos dicionários, o discurso da superioridade branca, seja pela

alusão ao porte do cavalo em detrimento do burro, seja pela alusão à sua inteligência e aptidão artística, se sustenta em diferentes momentos históricos de produção lexicográfica e se mantém forte nas diferentes formas materiais – narração, descrição, discurso científico etc., tanto nos dicionários efetivamente portugueses quanto nos brasileiros.

Assim, em nossa análise corroboramos o ponto de vista da História das Ideias Linguísticas para o qual os instrumentos linguísticos são objetos históricos que atravessam a constituição da língua nacional, o próprio imaginário sobre a língua e os sentidos tidos como verdadeiros de cada palavra.

Notas

¹ Acompanhando uma discussão já empreendida por Modesto (2018a), neste texto, optamos pelo termo *materialista* para designar a análise de discurso vinculada ao pensamento do teórico francês Michel Pêcheux e que, no Brasil, desenvolveu-se a partir dos trabalhos de Eni Orlandi. No lugar de análise de discurso francesa ou análise de discurso pecheuteana (que silenciam o fato de que, no Brasil, os trabalhos de Pêcheux ganharam desenvolvimentos específicos e permitirem uma teorização que caminhou de maneira bastante autônoma), optamos por fazer referência à análise de discurso vinculada à Michel Pêcheux pelo seu atravessamento pelo materialismo histórico, bem como pelo seu modo particular de compreender a *materialidade* significante. Nesses termos, teoricamente, não se nega a leitura dos trabalhos de Pêcheux, e, ao mesmo tempo, politicamente, não se reproduz uma perspectiva acadêmica colonialista que eleva uma figura em particular (como em análise de discurso *pecheuteana*) ou uma hegemonia nacional (como em análise de discurso *francesa*).

² Para uma análise mais acurada da relação entre a História das Ideias Linguísticas e a análise de discurso, sugerimos a leitura de Nunes (2008), Fernandes (2018) e Baldini, Ribeiro e Ribeiro (2018).

³ Gostaríamos de ressaltar o caráter não-linear da história e de sua constituição por arranjos e rearranjos discursivos. Nesse sentido, reforçamos que a periodização apresentada por Guimarães (2004) é fruto de uma organização dos acontecimentos discursivos tal como eles são ditos ou se dão a ver pela discursividade política e institucional em torno da língua portuguesa do Brasil. Embora Guimarães considere o quarto período como um momento que vai dos anos de 1960 até os anos 2000, Zoppi-Fontana (2009) propõe considerar esse quarto período como atravessado pelo início de um outro, o quinto, que marca, no processo de gramatização do português brasileiro, a sua fase transnacional. Zoppi-Fontana (2009) chama atenção para o papel do português do Brasil no contexto da globalização que, por sua vez, cria uma espécie de mercado das línguas. Assim, haveria um quinto período da gramatização da “língua brasileira” que tem seu início institucionalmente marcado pela assinatura do Tratado de Assunção (que cria o Mercosul), em 1991. Com o Mercosul, o português do Brasil passa a ser uma língua que transborda para além das fronteiras nacionais (por isso, uma língua transnacional), o que demanda a criação de outros instrumentos linguísticos que possam dar conta dessa nova realidade. Essa quinta fase tem seu auge nos dois mandatos do Governo Lula, nos quais há o crescimento das políticas de internacionalização do português do Brasil, e parece dar

sinais de seu declínio na gestão de Michel Temer a partir de sintomas específicos como, por exemplo, o cancelamento de uma das edições do exame do CELPE-Bras no primeiro semestre de 2018 e o cancelamento de alguns programas de leitorado no exterior.

⁴ De modo sumário, entendemos SD como a materialização (não estanque) de um discurso, compreendendo a materialização do interdiscurso processada no eixo da formulação, o intradiscurso.

⁵ Esse procedimento metodológico corresponde a um movimento de recorte do *corpus* centrado em uma regularidade linguístico-discursiva, permitindo ao analista segmentar seu material de análise e conferir um tratamento centrado em torno do seu objeto de análise, o discurso.

⁶ Em Nunes (2008, 2010), encontramos uma menção a dois dicionários, a saber: O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima, de 1938; e ii) o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire, produzido entre 1939 e 1944. Esses seriam dicionários de fundamental importância na inauguração de uma realidade nacional lexicográfica pontualmente brasileira

⁷ Tal perspectiva terminológica passa a ser superada com o desenvolvimento da Linguística no Brasil, de modo especial com o desenvolvimento e articulação dos estudos Lexicográficos de base discursiva a partir dos anos de 1980.

⁸ Lembremos que o “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre é publicado em 1933. Esta é uma obra clássica do pensamento sociológico que defende a democracia racial, a mistura harmônica entre negros e branco e, como consequência, a figura do mulato sem contradições.

⁹ O discurso da democracia racial sempre obteve opositores, especialmente dentro dos movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado, por exemplo. Contudo, talvez seja apenas na década de 1970, a partir da atuação política e intelectual de pensadores como Abdias do Nascimento (em obra já aqui referenciada), que uma denúncia a respeito do caráter mitológico de tal democracia pôde ser consolidada.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.

BALDINI, Lauro; RIBEIRO, Thales; RIBEIRO, Karine. História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso: o corte epistemológico. **Fragmentum**, n. 52, 2018, p. 15-33.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_constituicao34.htm. Acesso em: 10 fev 2019.

BRASIL. Decreto 20108/31. Decreto no 20.108 de 22 de julho de 1931. Disponível em: "http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116723/decreto-20108-31" . Acesso em 25 fev 2019.

BRASIL. Decreto 23028/33. Decreto nº 23.028 de 2 de agosto de 1933. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116696/decreto-2302833>. Acesso em

25 fev 2019.

Cadernos de Estudos Linguísticos. História das Ideias Linguísticas. n. 42, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EduFSCAR, 2009.

DIAS, Luís Francisco. **Os sentidos do idioma nacional:** as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. In: **Fragmentum**, n. 52, 2018, p. 17-47.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica:** sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MAGALHÃES, Álvaro. **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1947.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa; SOUZA, Tânia Conceição Clemente. Reformas ortográficas ou acordos políticos?. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). **Língua e Cidadania:** o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 85-93.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Fluxo e refluxo:** uma retrospectiva da Linguística Histórica no Brasil. Revista D.E.L.T.A., v. 4, n. 1, fev. 1988. p. 85-113.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: **Revista Littera**, v. 9, n 17, 2018a, p. 124-145.

MODESTO, Rogério. **“Você matou meu filho” e outros gritos:** um estudo das formas da denúncia. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: **Revista Letras**, n. 37, 2008, p. 107-124

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto:** formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico.** São Paulo, SP: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Lexicografia discursiva. In: **Revista Alpha**, v. 44, 2000, p. 97-114.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-60.

PFEIFFER, Cláudia. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: **História das ideias linguísticas no Brasil:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 167- 183.

Revista da Academia Brasileira de Letras, volume 58, Rio de Janeiro, Academia

Brasileira de Letras, 1939.

Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1935.

Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1933.

Revista da Academia Brasileira de Letras, volume 48, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1910.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni (Orgs.) **Língua e cidadania: o Português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996, p 151-162.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario de lingua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario de lingua portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Litho-Typographia Fluminense, 1878.

VIEIRA, Domingos. **Grande dictionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza**. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1798.

ZOPPI FONTANA, Mônica. **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, 2009.

Para citar este artigo

MODESTO, R.; SOUZA, A. L. de. Dois gestos de leitura em história das ideias linguísticas: a ortografia e o dicionário em pauta. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 213-236.

Os Autores

Rogério Modesto possui Licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2010), Especialização em Gramática e Texto pela Universidade Salvador - UNIFACS (2011), Mestrado (2014) e Doutorado (2018) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Alan Lobo de Souza é graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizou o mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.